

3º Relatório Trimestral da Ouvidoria/CNJ Agosto, Setembro e Outubro de 2010

A Resolução n. 103, de 24 de fevereiro de 2010, deste CNJ, dispõe que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

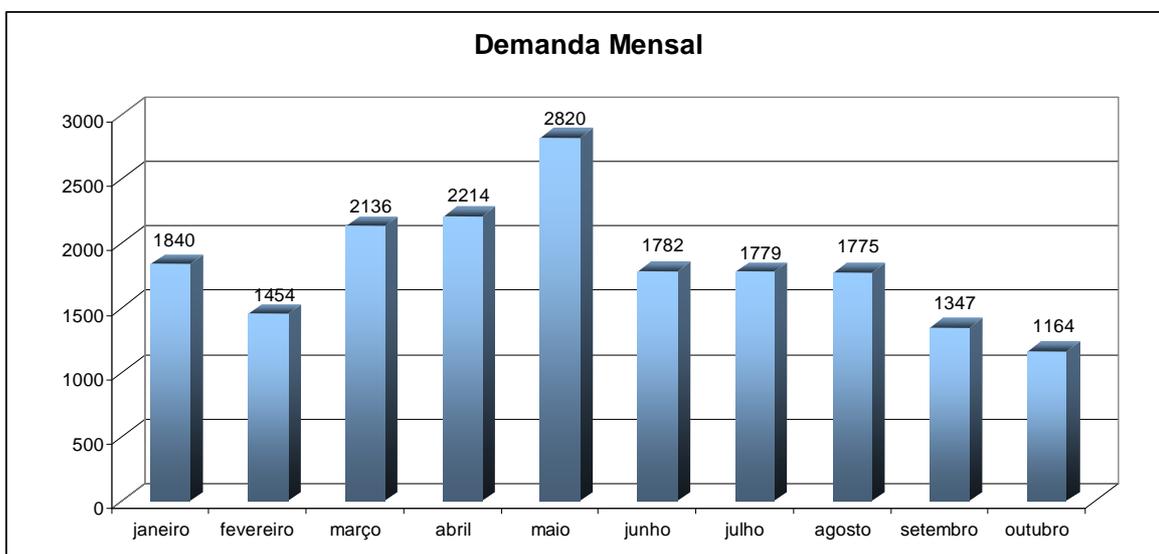
A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução nº. 67, de 03.03.2009, que instituiu o novo Regimento Interno do CNJ, e tem suas atribuições fixadas na Resolução n. 103, de 24 de fevereiro de 2010. Exerce a função de Ouvidor o Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá, eleito pelo Plenário na 81ª Sessão Ordinária, em 31 de março de 2009 e reconduzido para novo mandato.

Este é o terceiro relatório trimestral apresentado ao Plenário, em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da Resolução n. 103/2010, contendo dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de agosto, setembro e outubro de 2010.

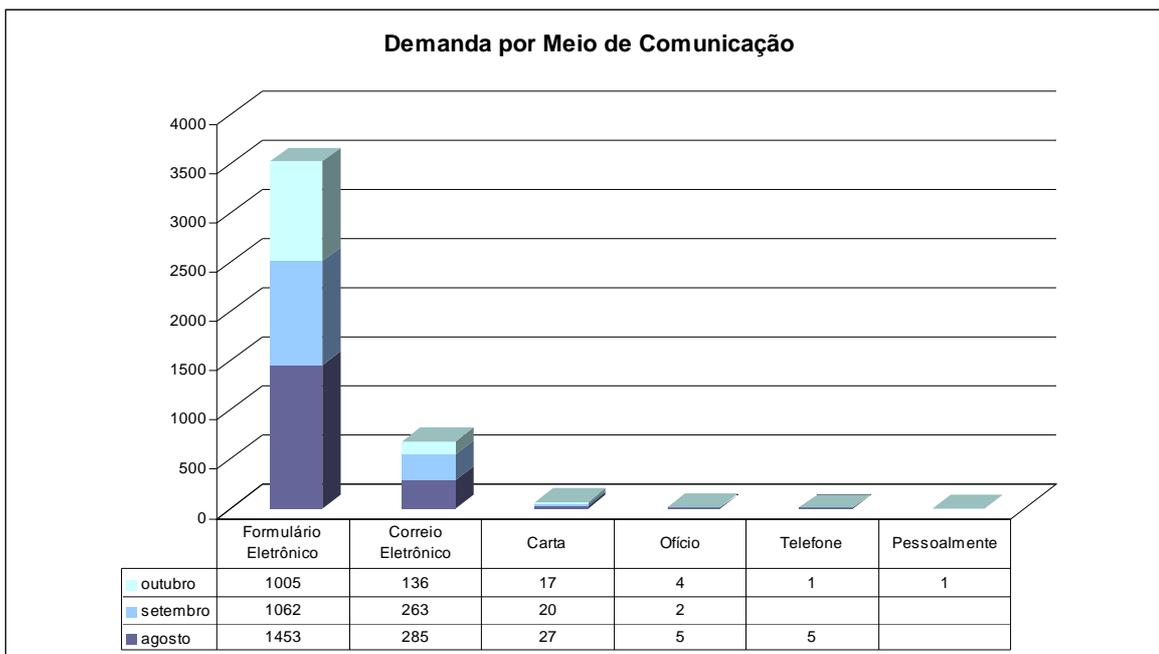
1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

No período de agosto a outubro de 2010, a Ouvidoria recebeu um total de 4.286 demandas. Em agosto, registrou-se uma redução de 0,22% em relação ao mês anterior; em setembro, a redução foi de 24,11% e em outubro, de 13,59%.

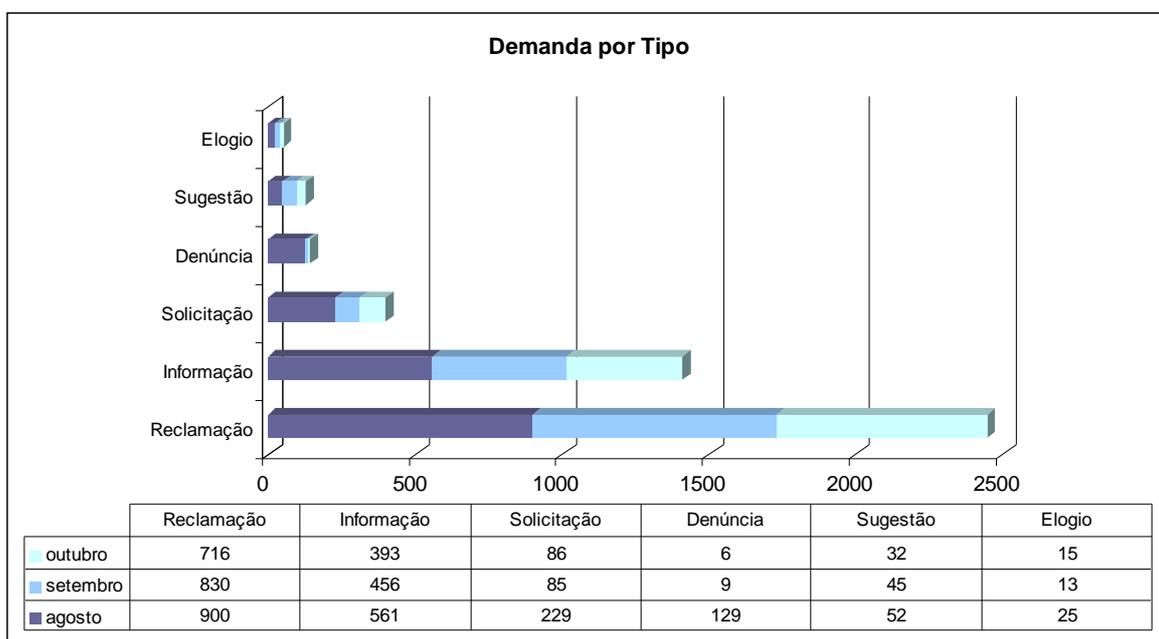
Registra-se que neste trimestre não foram computadas manifestações duplicadas ou que representavam continuação de demanda anteriormente enviada. Tais demandas somam 169 registros.



O formulário do sistema eletrônico de atendimento e o correio eletrônico continuam sendo os meios mais utilizados para acesso à Ouvidoria. O primeiro recebeu um total de 82,13% dos registros e o segundo, 15,96%. Cartas e ofícios totalizaram 75 manifestações, conforme gráfico abaixo:



Levando-se em consideração os tipos de demandas, verifica-se que a maior parte delas é de reclamações (53,38%) e de pedidos de informações (30,77%), conforme gráfico:



O quadro abaixo mostra a quantidade de demandas durante o trimestre, segundo o perfil dos seus autores, destacando-se novamente um grande número de servidores públicos.

Tipo de Ocupação	Agosto	Setembro	Outubro	Quantidade
Servidor Público	383	313	260	956
Advogado	303	218	239	760
Aposentado	129	101	86	316
Estudante	125	78	79	282
Empregado de Empresa Privada	107	90	66	263
Profissional Liberal ou Autônomo	111	78	64	253
Desempregado	103	72	46	221
Professor	46	31	56	133
Militar	38	28	18	84
Empresário	31	22	23	76
Presidiário	19	8	14	41
Empregado de Inst. Financeira Pública ou Privada	16	11	13	40
Pensionista	10	11	13	34
Magistrado	12	15	6	33
Médico	8	8	10	26
Dentista	5	4	3	12
Empr./Contratado de Org. Inter. ou Não Governamental	2	4	2	8
Defensor Público	1	2	3	6
Membro de Ministério Público	4	1	1	6
Não Informado	322	252	162	736
Total	1775	1347	1164	4286

2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O quadro abaixo apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria, classificadas segundo os tipos e temas tratados. A morosidade processual continua sendo o tema de maior frequência, representando 26,62% do total de demandas. Levando-se em consideração apenas as reclamações, o assunto morosidade processual representa 44,52% do total dessa classe.

O número de relatos classificados como demanda fora da competência do CNJ permanece significativo, atingindo o percentual de 6,08% do total. Tal classificação refere-se a demandas sobre temas concernentes à atuação do Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal não classificadas em assunto específico.

As manifestações que tratam de processos em curso no CNJ (andamento/situação processual no CNJ), inclusive na Corregedoria Nacional de Justiça (andamento/situação processual na Corregedoria Nacional), somam 219 registros, ou seja, 4,78% do total.

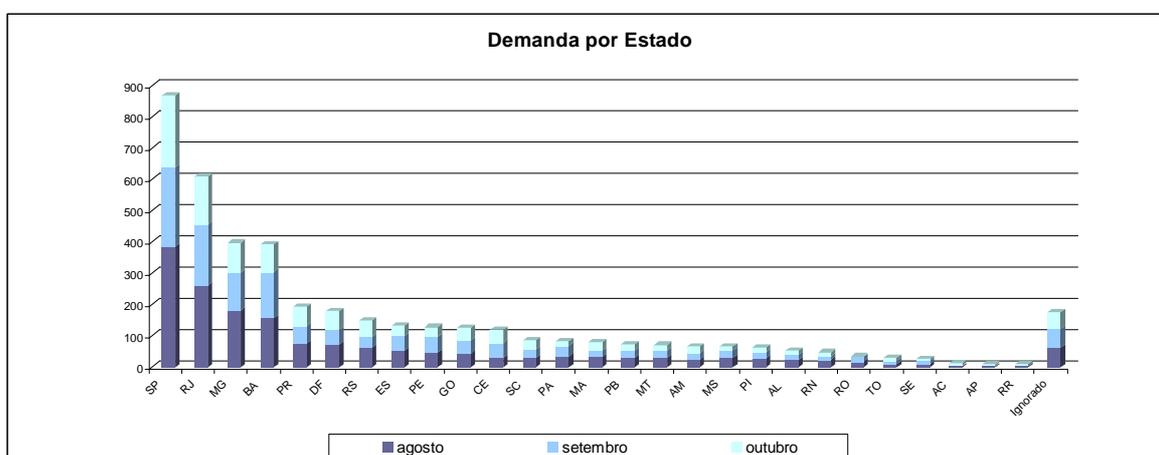
Destaca-se que no mês de outubro a Ouvidoria recebeu 60 demandas sobre o problema do *bullying* nas comunidades e instituições de ensino de todo o País, e no mês de novembro foram 41 manifestações. De modo geral, as demandas elogiam a iniciativa do CNJ em tratar do assunto por meio do Projeto Justiça nas Escolas e pelo lançamento da cartilha *Bullying* ou apresentam sugestões sobre os aspectos abordados. Outros relatam situações de *bullying* sofridas pelo próprio relatante ou seus parentes (filhos, sobrinhos, etc).

Assunto	Denúncia	Elogio	Informação	Reclamação	Solicitação	Sugestão	Total
Morosidade Processual no Poder Judiciário	30	0	55	1089	46	1	1221
Demanda fora da Competência do CNJ	15	0	51	118	54	9	247
Decisão Judicial	16	1	16	200	12	0	245
Atuação de Magistrado	23	9	16	164	5	1	218
Administração de Tribunal	11	2	15	158	12	0	198
Funcionamento/Procedimento de Vara/Comarca	13	1	11	117	5	0	147
Consulta Jurídica	2	0	107	16	17	0	142
Como peticionar ao CNJ	1	0	86	40	13	0	140
Projetos/Programas do CNJ	3	0	75	11	17	8	114
Melhorias para o Poder Judiciário	1	1	6	7	5	88	108
Serventia Extrajudicial	4	0	43	45	7	0	99
Andamento/Situação Processual no CNJ (Com sigilo)	0	0	62	14	14	0	90
Curso promovido pelo CNJ	0	1	73	1	12	0	87
Atos Normativos do CNJ	0	7	55	10	7	2	81
Decisão do CNJ	0	0	28	44	3	0	75
Andamento/Situação Processual no CNJ (Sem sigilo)	0	0	43	13	17	0	73
Andamento/Situação de Processo Judicial	0	0	48	11	6	0	65
Execução Penal (regime de cumprimento de pena)	5	0	16	35	7	0	63
Demanda Insuficiente para Classificação	1	0	36	17	8	0	62
Consulta de Mérito	0	0	50	4	4	1	59
Andamento/Situação Processual na Corregedoria Nacional de Justiça	0	0	29	9	18	0	56
Cumprimento de Decisão Judicial	1	0	7	39	7	0	54
Concurso Público para servidor do Poder Judiciário	4	0	7	39	2	0	52
Informações Gerais sobre o CNJ	0	0	42	2	7	1	52
Atuação do CNJ	0	23	7	7	11	0	48
Pagamento de Precatórios	0	0	24	15	7	1	47
Processo Eletrônico do CNJ (E-CNJ)	0	0	24	17	3	0	44
Atividade Jurídica (Res. 75/2009)	0	0	38	2	3	0	43
Acesso a sistemas do CNJ	0	0	28	4	9	0	41
Projeto Começar de Novo	0	2	26	4	5	0	37
Atuação do Supremo Tribunal Federal	1	1	9	18	1	2	32
Competência do CNJ	0	1	17	9	5	0	32
Assistência Judiciária	1	0	5	9	13	0	28

Recebimento de documento no CNJ/Protocolo/Número de processo	0	0	23	4	0	0	27
Resposta/Atuação da Ouvidoria do CNJ	0	0	11	7	6	0	24
Concurso Público para Ingresso na Carreira da Magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010)	2	0	5	16	0	0	23
Atuação de Servidor/Funcionário do Poder Judiciário	3	1	2	16	0	0	22
Metas Prioritárias – Ano de 2010	0	0	11	5	1	3	20
Pesquisa	0	0	16	0	3	0	19
Concurso Público para a outorga das Delegações de Notas e de Registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010)	0	0	15	3	0	0	18
Extravio de Processo ou Documento/Restauração de Autos	0	0	0	18	0	0	18
Movimento pela Conciliação/Projeto Conciliar é Legal	0	0	15	1	1	1	18
Morosidade no CNJ	0	0	0	17	0	0	17
Cadastro Nacional de Adoção	0	0	10	5	1	0	16
Morosidade no Cumprimento de Decisão Judicial	0	0	2	12	0	0	14
Nepotismo no Poder Judiciário	0	0	10	4	0	0	14
Imprensa do CNJ	0	0	5	1	3	4	13
Cumprimento de Decisão do CNJ	1	0	2	6	2	0	11
Justiça em Números/Estatísticas	0	0	6	0	1	4	11
Projudi	0	0	3	7	0	1	11
Nepotismo nos demais Poderes	3	0	3	3	0	0	9
Portal do CNJ	0	0	6	2	0	1	9
Acesso a Sistemas de Informação de órgão do Poder Judiciário	0	0	5	1	2	0	8
Jurisprudência do CNJ - Infojuris	0	0	7	0	1	0	8
Sigilo/Anonimato	2	0	2	4	0	0	8
Outros Concursos Públicos	0	0	4	3	0	0	7
Autor. de Viagem para o Ext. de Crianças e Adolescentes (Res. 74/2009)	0	0	6	0	0	0	6
Inspeções no Poder Judiciário	0	0	4	1	1	0	6
Modelos Únicos de Certidões	0	0	6	0	0	0	6
Atuação de Corregedoria de Tribunal	0	0	2	3	0	0	5
Concurso de Remoção	0	0	5	0	0	0	5
Justiça Aberta	0	0	3	1	1	0	5
Tabelas Processuais Unificadas (Res. 46/2007)	0	0	4	1	0	0	5
Evento promovido pelo CNJ	0	0	2	2	0	0	4
Renajud	0	0	3	1	0	0	4
Mutirão Carcerário	0	0	1	2	0	0	3
Processo Físico do CNJ	0	0	3	0	0	0	3
Varas Federais criadas pela Lei 12.011/2009	0	0	1	1	1	0	3
Declara a vacância dos serviços notariais e de registro (Res. 80/2009)	0	0	1	0	1	0	2
Inscrição de pretendente no CNA	0	0	1	0	1	0	2
Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009)	0	0	1	1	0	0	2
Numeração Única	0	0	2	0	0	0	2

Requisito para provimento do cargo de Oficial de Justiça (Res. 119/2010)	0	0	1	1	0	0	2
Advocacia Voluntária (Res. 62/2009)	0	0	1	0	0	0	1
Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (Res. 77/2009)	0	0	0	0	1	0	1
Convênio/Acordo/Termo de Cooperação Técnica	0	0	1	0	0	0	1
Estágio no CNJ	0	0	1	0	0	0	1
Programa Integrar	1	0	0	0	0	0	1
Outros Assuntos	0	3	46	9	11	2	71
Total	144	53	1413	2446	400	130	4586

As demandas também estão quantificadas no quadro seguinte, conforme os estados de onde se originaram. O maior número de manifestações tem origem nos Estados de São Paulo (867; 20,23%), Rio de Janeiro (607; 14,16%), Minas Gerais (397; 9,26%) e Bahia (393; 9,17%).



3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ que auxiliaram no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação.

Setor	Quantidade
Corregedoria Nacional de Justiça	163
Dep. de Monitoramento e Fiscalização do Sist. Carcerário e do Sist. de Exec. de Medidas Socioeducativas	51
Secretaria Processual	31
Serviço de Atendimento ao Usuário	21
Assessoria de Comunicação Social	17
Seção de Seleção e Aperfeiçoamento	14
Secretaria-Geral	10
Gabinete Conselheiro Morgana de Almeida Richa	14
Gabinete Conselheiro Felipe Locke Cavalcanti	6

Seção de Acompanhamento do Cumprimento das Deliberações do CNJ	6
Gabinete Conselheiro Marcelo Rossi Nobre	6
Gabinete Conselheiro Ives Gandra	6
Departamento de Pesquisas Judiciárias	3
Gabinete Conselheiro Milton Nobre	3
Setor de Apoio às Comissões e Projetos	3
Departamento de Gestão Estratégica	2
Gabinete Conselheiro Jefferson Luis Kravchychyn	2
Assessoria Jurídica	1
Gabinete Conselheiro Leomar Barros Amorim de Sousa	1
Gabinete Conselheiro Marcelo Neves	1
Gabinete Conselheiro Nelson Tomaz Braga	1
Gabinete Conselheiro Walter Nunes da Silva Júnior	1
Núcleo de Gestão de Sistemas	1
Seção de Legislação e Registros Funcionais	1
Total	365

4. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

As reclamações, sugestões e críticas que não se referem a providências a cargo do Conselho Nacional de Justiça são encaminhadas aos órgãos responsáveis, comunicando-se tal providência ao interessado.

No período, houve 461 encaminhamentos às Ouvidorias Judiciais e Corregedorias dos Tribunais. Essas demandas tratam de atrasos em movimentações processuais e questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando necessário, considerando a hipótese prevista no artigo 7º, I, da Resolução CNJ n. 103/2010, procedeu-se à orientação dos demandantes para o direcionamento de seus questionamentos ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:

Órgão	Quantidade
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	73
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	70
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	30
Gerência de Registro e Suporte à Ação Correccional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais	25
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região	21
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	20
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	20
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	16
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	14
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça	13
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região	13

Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	12
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	11
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	11
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho	11
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	9
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	7
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	6
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Tele-Judiciário)	6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	6
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	5
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	5
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	4
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	4
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	4
Central do Eleitor - Tribunal Superior Eleitoral	3
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	3
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Rio Grande do Sul	3
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	3
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	3
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Região Metropolitana	2
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	2
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	2
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	2
Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região	2
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Paraná	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região	1
Total	461

Os relatos encaminhados a órgãos do Ministério Público somaram 4 registros.

Órgão	Quantidade
Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público	3
Ministério Público do Estado do Paraná	1
Total	4

Três manifestações que demandavam assistência jurídica foram encaminhadas às respectivas Defensorias Públicas.

Órgão	Quantidade
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro	2
Defensoria Pública de São Paulo/Regional Criminal	1
Total	3

A Ouvidoria recebeu 62 respostas das demandas encaminhadas a esses órgãos com informações sobre as providências adotadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados neste Relatório seguem os parâmetros utilizados nos períodos anteriores. Os números apresentados ainda revelam ser grande o número de demandas que dizem respeito à morosidade processual no Poder Judiciário. Permanece significativo o número de demandas sobre temas alheios à competência do CNJ.

O sistema eletrônico da Ouvidoria encontra-se em fase de modificação, para permitir a extração de outros dados acerca das demandas recebidas, de modo a que os próximos relatórios possam oferecer maior contribuição ao conhecimento da realidade do Poder Judiciário a partir dos problemas narrados pelos usuários. Para alcance de tal finalidade, especialmente no que diga respeito às demandas sobre morosidade processual, o formulário eletrônico incluirá novos campos informação sobre dados do processo.

Em atendimento ao art. 4º, III da Resolução CNJ n. 103/2010, a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem promovido a integração com as demais Ouvidorias judiciais e Corregedorias dos Tribunais para o eficaz atendimento das demandas recebidas.

Brasília, 19 de novembro de 2010.

Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá
Conselheiro Ouvidor

Cristiana Gontijo Bastos
Coordenadora

Técnicos:

Anderson Moreira da Silva
Hubner Alessandro Rocha
Inaldo do Nascimento
Lídia Maria Ferreira Lima
Mariana Feltrini Turibio

Apoio:

Ednamar Benfica de Deus
Eunice de Costa Oliveira
Rebeca Pereira de Oliveira